RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem do Presidente da República nº 192, de 2007 (Mensagem nº 820, de 1º de novembro de 2007, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do nome do Senhor LUIZ ANTONIO FACHINI GOMES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guatemala.*

RELATOR: Senador **EDUARDO AZEREDO**
RELATOR "AD HOC": Senador **EDUARDO SUPLICY**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor LUIZ ANTONIO FACHINI GOMES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guatemala.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar, previamente e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do diplomata indicado, do qual se extraem para este Relatório as informações que se seguem.

Nascido em Cataguases, Minas Gerais, em 29 de outubro de 1945, filho de Ateniense Ferraz Gomes e Maria Juraci Fachini Gomes, o Sr. LUIZ ANTONIO FACHINI GOMES graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Concluiu o

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco, em 1969, sendo, subseqüentemente, promovido a Terceiro Secretário, em 1971; a Segundo Secretário, em 1976; a Primeiro Secretário, por merecimento, em 1980; a Conselheiro, por merecimento, em 1986; e a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 1995.

O diplomata indicado exerceu, dentre outros cargos e funções, o de Terceiro e Segundo Secretário, em Praga; o de Segundo e Primeiro Secretário, na República Tcheca; o de Conselheiro em Missão junto à ONU, Nova York; o de Conselheiro, em Pretória, África do Sul; o de Diretor do Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Planos e Programas; o de Assessor Especial do Ministério do Meio Ambiente; o de Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos; o de Cônsul-Geral em Sydney; o de Ministro-Conselheiro em Londres; o de Chefe de Delegação do Conselho da Organização Internacional do Café, em Londres; e o de Embaixador em Teerã.

Dentre as condecorações que recebeu incumbe destacar: a Ordem de Rio Branco, no Grau de Grande Oficial; a Medalha do Pacificador; e a Medalha da Ordem do Mérito Militar, no Grau de Grande Oficial.

Sobre a República da Guatemala, cabe assinalar que concentra, atualmente, 35% da produção centro-americana – à frente da Costa Rica (27%) e de El Salvador (21%). A indústria contribui, hoje, com 18,6% do PIB guatemalteco, superando os serviços privados (14,6%) e a agricultura (13%). As exportações guatemaltecas de produtos industrializados tiveram um aumento de 27% entre 2004 e 2006, e atribuíram-se os bons resultados do setor externo da economia à diversificação da pauta de exportações nos últimos 20 anos.

A Guatemala é hoje um dos principais destinatários de investimentos estrangeiros diretos na América Central, tendo recebido um total de 535 milhões de dólares em 2006. A atratividade da Guatemala seria resultado dos sólidos fundamentos macroeconômicos em que se assenta sua economia e que reúnem: a) manutenção da taxa de inflação em um dígito; b) aplicação de taxas de câmbio e de juros em regime flexível, determinadas pelas leis de mercado; e c) o fato de ser este país o menos endividado da América Latina, em termos de percentual do PIB (12,8%, em 2006).

A Economia guatemalteca obteve um bom “rating”, recentemente, no Foro Econômico Mundial, e alcançou sucessivas “promoções” nas agências internacionais de classificação de risco.

O principal contencioso externo da Guatemala se refere à antiga disputa territorial com o Belize, atualmente objeto de negociações sob os auspícios da OEA.

Até recentemente, o relacionamento bilateral com o Brasil era pouco denso, não apenas porque a Guatemala, por razões históricas e geográficas, sempre esteve na área de influência dos Estados Unidos e, subsidiariamente, do México e de seus vizinhos centro-americanos, mas também porque se encontrava muito distante das prioridades da política externa brasileira.

Conforme nota do Ministério de Relações Exteriores, não há divergências entre o Brasil e a Guatemala, em qualquer área do relacionamento. As linhas mestras da política externa dos dois países confluem para a defesa de princípios semelhantes: igualdade jurídica dos Estados, direito dos povos à autodeterminação, não ingerência em assuntos internos de outros Estados e solução pacífica de controvérsias. Mais do que isso, há grande convergência de posições em temas de interesse comum das agendas bilaterais. Entre eles, destacam-se o combate à fome e à pobreza, o incremento do comércio intra-regional, a integração econômica latino-americana, a cooperação Sul-Sul e a percepção da conjuntura política internacional.

Os Governos brasileiro e guatemalteco coincidem, também, quanto à necessidade de que venha a ser reformado o Sistema das Nações Unidas – inclusive o Conselho de Segurança – nos moldes preconizados pelo Grupo dos 4, de forma a torná-lo mais legítimo e representativo da realidade internacional. No ano passado, um episódio que mereceu reconhecimento especial e por escrito do governo brasileiro foi o fato de o representante guatemalteco na ONU, Embaixador Jorge Skinner-Klee, ter citado nominalmente o Brasil (e não apenas o G-4) como merecedor de ocupar cadeira permanente no CSNU.

Como o Brasil, a Guatemala é um país em desenvolvimento, comprometido com a noção de desenvolvimento sustentável. Ambos têm boa parte de seus territórios cobertos por densa floresta tropical – a Amazônia, no caso do Brasil, e o Petén, no caso da Guatemala –, sendo freqüentemente

acusados, por organizações ambientalistas, de não exercerem sobre a utilização da floresta o devido controle para impedir seu uso irracional e sua conseqüente destruição.

Também na área militar e de defesa são estreitos e bem-sucedidos os laços de cooperação que unem os dois países. A Adidância de Defesa e do Exército Brasileiro na Guatemala foi criada em março de 2000. Por sua vez, a Missão Brasileira de Cooperação Militar de Instrução com o Exército da Guatemala completou, em 2005, dez anos de atividades bem-sucedidas no país.

No que diz respeito à cooperação cultural e educacional, registre-se que, ao longo dos últimos 20 anos, 162 guatemaltecos obtiveram bolsas (de graduação e pós-graduação) em unidades de ensino superior brasileiras. Nesse total, encontram-se diversos Ministros de Estado, egressos de universidade brasileira, além de reitores, de deputados e de personalidades respeitadas no país.

Grandes empresas brasileiras, como as construtoras Norberto Odebrecht e Camargo Corrêa, a EMBRAER e a PETROBRAS, encontram-se interessadas, a médio e longo prazo, em projetos ou investimentos na Guatemala, o que poderá adensar ainda mais as relações bilaterais entre os países.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão, em 29 de novembro de 2007

, Presidente

, Relator